

Mobilização por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa

NOTA PÚBLICA

Brasília, 13 de Junho de 2007

Nós, representando cerca de 30 organizações, redes, fóruns e movimentos signatários da Plataforma dos movimentos sociais para a Reforma do Sistema Político no Brasil queremos registrar nosso posicionamento sobre a votação em curso no Congresso Nacional.

Saudamos o fato de que, após tantos anos em que este tema ficou relegado à invisibilidade, finalmente o Congresso Nacional o coloca em pauta em regime de urgência. No entanto, reafirmamos que o debate vigente não pode se restringir à reforma político-eleitoral.

Os temas de fidelidade partidária, lista fechada, financiamento público de campanha e fim das coligações para eleições proporcionais – especificados no projeto 1210/2007 e que serão objetos de votação – podem significar um avanço com relação ao sistema eleitoral.

Embora nosso entendimento seja de que tais pontos são importantes, nós os consideramos insuficientes, uma vez que alteram apenas a legislação eleitoral e partidária, sem mexer com questões centrais do atual sistema político. Uma reforma política verdadeiramente transformadora deveria incluir outras mudanças, como a democratização das comunicações e do Judiciário, bem como o fortalecimento da democracia direta e participativa.

Apoiamos as emendas apresentadas pela Frente Parlamentar por uma Reforma Política com Participação Popular que visam ampliar a democratização das medidas em discussão e fazer com que elas de fato respondam a uma demanda por reais mudanças no atual sistema. Dentre elas, destacamos as relacionadas à lista pré-ordenada, financiamento de campanha, cláusula de barreira e criação de comissão de fiscalização dos processos eleitorais na Justiça Eleitoral.

Sobre lista pré-ordenada, os partidos, na elaboração das listas, devem levar em conta alternância de sexo (1 para 1) e a questão raça/etnia de acordo com as estatísticas do IBGE; as listas devem ser tiradas obrigatoriamente nas convenções partidárias; e cada convencional deve votar em 5 candidatos/as diferentes, obrigatoriamente. Deve-se coibir qualquer tentativa de “reserva de mercado” (prioridade nas listas) por parte de parlamentares detentores de mandato.

Necessariamente atrelada à questão da lista fechada, está a do financiamento de campanhas, com financiamento público exclusivo, em que os partidos devem prestar contas até o dia 20 de cada mês após o recebimento do recurso e 10 dias após as eleições. É preciso que os partidos tenham uma conta específica para o recebimento do recurso público e que, na prestação de contas, haja conciliação bancária (extrato da conta com o cheque emitido). Paralelamente a isso, os partidos só devem ser financiados pelo fundo partidário e contribuições de seus filiados.

Além disso, somos contra a cláusula de barreira e defendemos o apoio às federações partidárias, como forma de garantir aos pequenos partidos o direito de participação.

Apoiamos a criação de comissão de fiscalização do processo eleitoral instituída pela Justiça Eleitoral, mas com a participação da sociedade civil e não apenas dos partidos.

Ainda sem saber o resultado das votações, reafirmamos a sua insuficiência, pois elas não encerram o debate sobre as Reformas Políticas necessárias para a democratização efetiva do nosso país. Portanto, insistimos que a discussão da Reforma Política não pode se restringir ao debate sobre a reforma político-eleitoral e deve abranger ao menos cinco grandes eixos, a saber:

- Fortalecimento da democracia direta;
- Fortalecimento da democracia participativa;
- Aperfeiçoamento da democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos;
- Democratização da informação e da comunicação;
- Transparência do Poder Judiciário.

Neste sentido, conclamamos a todos os setores da sociedade civil e aos nossos representantes no parlamento para que se mantenham mobilizados em torno destes temas, que vêm sendo discutidos há cerca de 5 anos pela Mobilização por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa e que seguirão sendo debatidos, posto que são indispensáveis para concretizar uma real Reforma Política, que amplie a democracia e fortaleça a participação cidadã em nosso país.

Mobilização por uma Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa:

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - Abong

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB

Associação de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB

Conselho Latino Americano de Educação de Adultos – CEAAL Brasil

Comitê da Escola de Governo de São Paulo da Campanha em defesa da República e da Democracia

Fórum da Amazônia Oriental – FAOR

Fórum da Amazônia Ocidental - FAOC

Fórum Brasil do Orçamento - FBO

Fórum Mineiro pela Reforma Política Ampla, Democrática e Participativa

Fórum Nacional de Participação Popular - FNPP

Fórum Nacional da Reforma Urbana - FNRU

Inter-Redes

Intervozes

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE

Movimento Pró-Reforma Política com Participação Popular

Observatório da Cidadania

Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaretais

Rede Feminista de Saúde

Mais informações:

Jose Antonio Moroni - (61) 9965-8560

Silvia Camurça - (81) 9937-8635

Luciano Santos – (11) 9935-6444